

REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA SOB O PONTO DE VISTA DE GESTORES DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

TOURIST REGIONALIZATION FROM THE POINT OF VIEW OF MANAGERS OF CAMPOS GERAIS IN PARANÁ

Recebido em: 19/02/2024
Aceito em 08/03/2024

Jennifer dos Santos Mangrich¹
Luiz Fernando de Souza²

RESUMO

Este estudo trata da efetiva contribuição do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, para os municípios ativos no Mapa do Turismo Brasileiro pertencentes à região turística dos Campos Gerais. Para esta pesquisa foram levantados os benefícios do PNRT nos documentos oficiais e na legislação nacional, realizada uma verificação de quais benefícios os municípios usufruíram, aplicada entrevista aos gestores de turismo (2021 – 2024) dos municípios pertencentes a este recorte da pesquisa que estiverem no momento fazendo parte do programa, e verificado sobre a regionalização e o mapa do turismo nos dados da Secretaria de Estado do Turismo e nos arquivos online do Ministério do Turismo. Foi obtido como resultado, em consenso entre os gestores, a importância do Programa onde todos concordam e participam de acordo e conforme a Portaria nº41, de 24 de novembro de 2021 e acreditam que suas normativas são eficazes para a atividade turística da região. Apesar dos gestores entenderem a importância do Programa, e as vantagens que ele traz, os mesmos responderam não terem conseguido usufruir de seus benefícios, uma questão que precisa ser melhor averiguada e revertida.

Palavras-chave: Turismo. Regionalização. Campos Gerais. Programa Nacional de Regionalização do Turismo.

ABSTRACT

This study deals with the effective contribution of the National Tourism Regionalization Program, of the Ministry of Tourism, to the active municipalities on the Brazilian Tourism Map belonging to the Campos Gerais tourist region. For this research, the benefits of the PNRT were raised in official documents and national legislation, a check was carried out to determine which benefits the municipalities enjoyed, interviews were carried out with tourism managers (2021 – 2024) of the municipalities belonging to this section of the research that are currently part of the program, and verified the regionalization and tourism map in data from the State Secretariat for Tourism and in the online archives of the Ministry of Tourism. The result was obtained, in consensus among managers, the importance of the Program where everyone agrees and participates in accordance with Ordinance No. 41, of November 24, 2021 and believes that its regulations are effective for tourist activity in the region. Although managers understand the importance of the Program and the advantages it brings, they responded that they were unable to take advantage of its benefits, an issue that needs to be better investigated and reversed.

Keyword: Tourism. Regionalization. Campos Gerais. National Tourism Regionalization Program.

1 Especialista em Gestão Pública do Turismo (Unicentro) e em Gestão do Turismo e Hospitalidade (UniDomBosco). Graduada em Turismo (Unicentro). E-mail: jennimangrich@hotmail.com

2 Doutor em Engenharia de Produção na Linha de Inteligência Organizacional (UFSC). Mestre em Turismo e Hotelaria (UVI). Graduado em Turismo (UEPG) e em Arquitetura e Urbanismo (CVCG). E-mail: lufsouza23@gmail.com

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade considerada econômica, cultural, histórica, natural, cênica, paisagística, sociológica, sustentável, responsável e inteligente, que viabiliza de forma limpa e segura, quando bem organizado, o desenvolvimento de uma localidade e seu entorno, captando recursos, mão de obra especializada, visibilidade aos locais e dinamismo aos seus visitantes. É gerado e desenvolvido pelo deslocamento temporário ou ocasionado, com a utilização dos meios de hospedagem e locais de alimentação com hospitalidade, podendo ser transmitido de uma forma simples até o luxo e a elegância, pelas mais diversas motivações podendo ser ou não com fins de remuneração. Além de ser serviço, é também forma de aquisição de bens materiais, é criativo, é forma de vivência, é o novo e o diferente.

Este estudo trata da efetiva contribuição do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, para os municípios ativos no Mapa do Turismo Brasileiro pertencentes à região turística dos Campos Gerais. Levando em consideração a dimensão do estado do Paraná, que se divide em trezentos e noventa e nove municípios, e o Programa Nacional de Regionalização do Turismo em dezenove regiões ao todo no estado.

Segundo o Ministério do Turismo (MTur, 2017) foi estabelecida pela lei 11.771 de 17 de Setembro de 2008 e reformulada em 2013 (definindo seus oito eixos de atuação), a Política Nacional de Turismo, tendo a regionalização do turismo como um dos seus princípios e acreditando que o trabalho regionalizado permite ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Em 2004, ainda conforme o MTur, a adoção dessa política é focada no desenvolvimento regional, conforme recomendações da Organização Mundial de Turismo (OMT), em que se trabalha de acordo com todas as suas ações desempenhadas com estados, regiões e municípios brasileiros, apoiando na estruturação, gestão e promoção dos destinos e do turismo no País.

A região dos Campos gerais é gerida pela Instância de Governança Regional (IGR), denominada Agência de Desenvolvimento do Turismo dos Campos Gerais (Adetur), em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo. Segundo a secretaria (2020), juntas as instituições possuem o dever de assessorar, conscientizar e conduzir os municípios, bem como seus gestores, a se qualificarem para participação no Programa.

Há dez municípios, dentre os dezenove pertencentes à região, que estão no Mapa do Turismo Brasileiro, com órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de turismo, existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, quadro de detalhamento de despesa (QDD) vigentes, Conselho Municipal de Turismo ativo, e empreendimentos do trade legalizados no Cadastur (Cadastro de pessoa física e/ou jurídica que atua no turismo).

Em conformidade com o que o Programa de Regionalização (MTur, 2022) menciona, o acesso para inserção fica aberto durante todo o ano, podendo o município que se enquadrar nas especificidades entrar a qualquer momento, com validade de um ano para renovação. Houve períodos em que mais municípios estavam ativos, porém no decorrer dos anos cada vez menos municípios estão se enquadrando nas exigências estabelecidas.

Esta pesquisa se faz relevante para entendimento do que está ocasionando a decrescente participação dos municípios no Programa Nacional de Regionalização do Turis-

mo, sendo o problema de pesquisa qual o motivo das oscilações no número de municípios participantes neste Programa na região dos Campos Gerais do Paraná, o ponto de vista de cada gestor municipal que dele participa, bem como levantar as vantagens que a inclusão do município pode acarretar na gestão.

Já os objetivos da pesquisa serão três: listar os pontos favoráveis do Programa Nacional de Regionalização Turística para a região turística dos Campos Gerais do Paraná; compreender o entendimento dos gestores sobre o Programa Nacional de Regionalização Turística e sua importância; e levantar os municípios dos Campos Gerais que participaram do Programa Nacional de Regionalização Turística.

A pesquisa terá caráter quantitativo objetivo, devida à ênfase nos dados e em sua quantificação, caracterizando-se como descritivos, estabelecendo relações entre as variáveis estudadas, usando o estudo de caso como técnica, analisando as situações que ocorrem (Bertucci, 2008).

Serão utilizados dados primários e secundários. Os dados secundários são dados já existentes utilizados para embasar a pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, ou seja, levantamento de conteúdo em livros já publicados sobre temas relacionados à pesquisa com o objetivo de propiciar maior conhecimento teórico. (Mangrich, 2018)

Para alcançar o primeiro objetivo serão levantados os benefícios do PNRT nos documentos oficiais e na legislação nacional, bem como realizar uma verificação, através das entrevistas com os gestores, de quais benefícios os municípios usufruiu. As informações serão apresentadas em tabelas para melhor visualização dos leitores. O segundo objetivo será respondido com a entrevista aplicada aos atuais gestores de turismo (2021 – 2024) dos municípios pertencentes a este recorte da pesquisa que estiverem no momento fazendo parte do programa, a qual possuirá caráter semiestruturado com questões fechadas e abertas para que os entrevistados possam livremente responder. Já o terceiro e último objetivo, será concluído verificando sobre regionalização e mapa do turismo nos dados da Secretaria de Estado do Turismo e nos arquivos online do Ministério do Turismo, sendo apresentado no formato de ano a ano.

Este trabalho utilizará como estudo de caso a região turística dos Campos Gerais do estado do Paraná, explanando sobre o objeto, bem como, seu enquadramento e regulamentação turística nos níveis federal, estadual e regional, coletando e registrando informações e realizando as entrevistas.

ATIVIDADE TURÍSTICA

Há vários conceitos sobre o entendimento do fenômeno turismo principalmente confirmando ser um deslocamento de pessoas para fora de seus locais de conforto por diversas razões que podem ser aventura, compras, estudos, eventos, gastronomia, lazer, religião ou saúde.

Segundo Lage e Milone (2000, p. 26), o turismo é “uma atividade socioeconômica [...] se tratando de uma manifestação voluntária e corrente da mudança ou deslocamento humano temporário, envolve a indispensabilidade de componentes fundamentais como o transporte, o alojamento, a alimentação [...]”.

Para De La Torre (1992, p. 15), [...] é um fenômeno social que consiste no desloca-

mento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Beni (2003, p. 36-37) nos traz a consideração de que, “mais evidentes se apresentarão a amplitude e a extensão do fenômeno do Turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes”, mencionando existir três tendências para definir a atividade, sendo a econômica, a técnica e a holística, destinadas para a academia, as empresas e os órgãos governamentais. Beni (2003, p. 37) ainda compartilha de sua conclusão:

Tenho conceituado Turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico profissional e de expansão de negócios.

Sendo dinâmica a atividade turística, como nos cita Beni, faz-se necessário realizá-la de forma planejada, analisando a realidade do local, para melhor desenvolvimento e menor impacto negativo. O planejamento turístico envolve Inventário de Oferta Turística (ITO), políticas públicas, gestão, ordenamento territorial e atualização do mesmo. Carvalho e Pimentel (2013) indicam que sejam usados diferentes recursos, ferramentas, processos de organização, bem como gestão planejada e monitoramento. Trigo na apresentação do livro de Beni diz que:

Após trinta anos de desenvolvimento, o turismo brasileiro alcançou patamares de elevada qualidade operacional e de planejamento, mas ainda há muitos pontos a serem aperfeiçoados. As políticas públicas são um desses tópicos que precisam ser fortalecidos. O Brasil, com seu tamanho continental e problemas estruturais seculares, apresenta estágios de evolução e complexidade completamente diferenciados no que se refere às políticas públicas em geral, e nas de lazer e turismo em particular. Deve-se considerar que, em nível federal, apenas a partir de 1995, com a gestão profissional do turismo de Caio Luís de Carvalho e, posteriormente, com a criação do ministério do Turismo em 2002, as políticas da área foram bem reestruturadas. Poucos Estados brasileiros possuem políticas consistentes, assim como poucos municípios atingiram níveis de excelência nesse campo (2006, p. 11).

O planejamento é um processo ativo, servindo como guia para ideias, ações, objetivos e organização de forma sistemática do turismo (Beni, 1990). É necessário para lugares, atendimentos, estruturas, comercialização de produtos, entre outros. Já o inventário nos fornece informações atualizadas dos atrativos, equipamentos, serviços e infraestruturas turísticas, sendo mais que um banco de dados, nos auxiliando nas análises e tomadas de decisões. Vários autores defendem que há necessidade e importância deste ordenamento da atividade através do planejamento.

Fratucci (2020, p. 2) entende que “O planejamento turístico é concebido com o desígnio de realizar intervenções e ordenação no território”, onde a Lei Geral do Turismo (2008) estabelece a Política Nacional de Turismo (PNT) e reafirmando a importância e a necessidade do IOT em seu artigo 5º. O texto da PNT apresenta como um dos seus objetivos a implementação do inventário do patrimônio turístico nacional, atualizando-o regularmente.

Hall (2001, p. 29) evidencia que “embora o planejamento não seja uma panaceia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo”.

Medeiros (2003, p.14) expõe que “o turismo do século XXI não permite mais improvisações ou esquemas amadorísticos. Há necessidade de profissionalismo e planejamento face às novas exigências da demanda”.

Já Ruschmann (1997), diz que as ações planejadas resultam em menor impacto no desenvolvimento de um turismo que seja favorável para os empreendedores, populações receptoras e turistas.

Com estes embasamentos, só coafirmamos a importância da atividade turística de forma planejada e ordenada para maior benefício de todos os atores envolvidos, sejam eles sociais, ambientais, culturais e/ou econômicos.

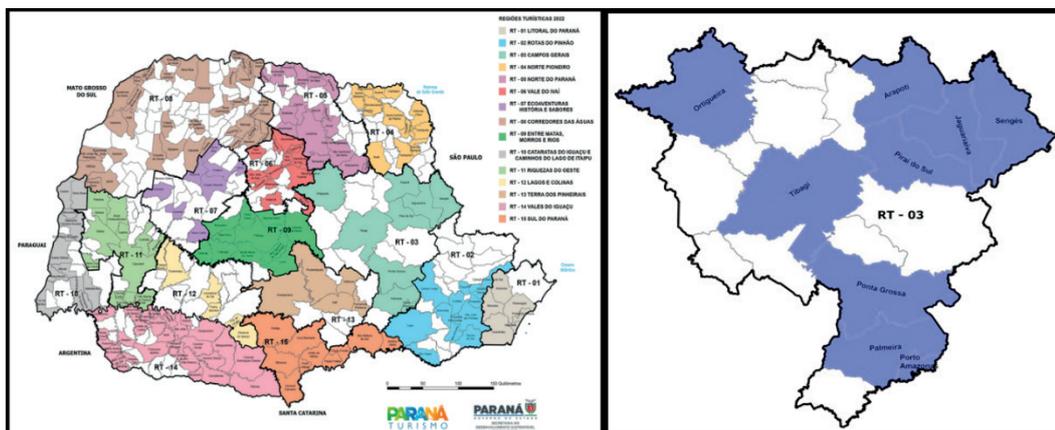
REGIÃO CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Atualmente a gestão do Turismo a nível estadual é da Secretaria de Estado do Turismo (Setu). Até o fim do ano de 2022, constavam quinze regiões turísticas paranaenses sendo elas, Campos Gerais (objeto de estudo desta pesquisa), Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, Corredores das Águas, Ecoaventuras, Histórias e Sabores, Entre Matas, Morros e Rios, Lagos e Colinas, Litoral do Paraná, Norte do Paraná, Norte Pioneiro, Riquezas do Oeste, Rotas do Pinhão, Terra dos Pinheirais, Vale do Ivaí, Sul do Paraná e Vales do Iguaçu.

Esta divisão territorial foi estabelecida conforme normativa federal, sendo:

(...) instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. É o Mapa do Turismo Brasileiro que define a área – o recorte territorial - que deve ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério. [...]. Os municípios que o compõem foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional, a partir de critérios construídos em conjunto com Ministério do Turismo (Setu, 2019, s.p.).

Figura 1 - Divisão turística do estado do Paraná – 2022 e Figura 2 – Recorte municípios da RT dos Campos Gerais, ativos no mapa até 2022



Fonte: Secretaria de Estado do Turismo - Setu (2022) .

A região dos Campos Gerais conta com em seu território com os municípios de Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania, dentre os quais somente nove estavam ativos no Mapa do Turismo Brasileiro no ano de 2022 e dez no ano de 2023.

PNMT – PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO

A Embratur (2007), após verificar que apenas trinta municípios nacionais estavam sendo divulgados e comercializados turisticamente, e entendendo o potencial do Brasil para o desenvolvimento do turismo e sua necessidade de transformação e incentivo para inseri-los no mercado, viu como necessidade a implementação de um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado. Conforme Braga (s.d.) era preciso integrar estados e municípios na administração eficiente, eficaz e efetiva da atividade turística, adotando metodologia de enfoque participativo para a formação de equipes técnicas de operacionalização.

O Programa iniciou-se em 1993 após criação do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), sob a coordenação da Secretaria de Turismo e Serviços (Sets) pertencente ao, então, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Segundo a Sets, criou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cuja missão era conscientizar, sensibilizar, estimular e capacitar os atores atuantes municipais, para entendimento da importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, unindo o desenvolvimento econômico com a preservação dos locais, com a participação da comunidade. Segundo Braga (s.d.) seus objetivos eram “promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada; gerar emprego e renda duradouros; trabalhar com a autoestima do cidadão local; estruturar e organizar segmentos que têm impactos diretos na atividade turística regional; resgatar valores sociais, históricos, culturais e políticos dos municípios; desenvolver o pensamento estratégico coletivo que permite à comunidade traçar um cenário ideal e propício para o desenvolvimento da atividade.”

Braga (s.d.) ainda menciona que sua gestão descentralizada foi dividida em Comitês Estaduais para acompanhar, avaliar, coordenar e monitorar as ações do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) nos municípios de seu estado, e Conselhos Mu-

municipais de Turismo (Comtur) composto por representantes da sociedade e dos segmentos que têm impactos diretos na atividade turística municipal, para discutir os anseios da comunidade para basear as decisões acerca do desenvolvimento de ações para o incremento da atividade turística, acompanhar e fiscalizar essas ações, sendo então implementado em agosto de 1994. Costa menciona os dois níveis do Programa sendo:

O Nível Federal - Comitê Executivo Nacional - planeja, coordena, executa, acompanha e avalia o Programa produz o material didático e informativo sobre o PNMT, realiza os encontros regionais e nacionais, avalia as ações estratégicas, ajusta a metodologia, comunica-se com os comitês estaduais e sistematiza as informações referentes às ações do Programa. O Nível Estadual - Comitês Estaduais - planeja, coordena e avalia o Programa em no estado. Já o Nível Municipal Conselho Municipal de Turismo – é composto por associações, sindicatos, organizações do terceiro setor, ou seja, a comunidade em geral que participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Turismo (2003, p. 3).

Segundo Braga (s.d.) com o Plano Plurianual foram adicionados mais produtos após o ano 2000, como:

(...) estudos visando ao desenvolvimento do turismo sustentável local, artesãos apoiados financeiramente para a compra de matéria-prima, estímulo à diversificação no uso de materiais e formas ao produto artesanal, centros de formação implantados para o turismo (Liceu de Artes e Ofícios para o Turismo) produtos turísticos formatados, estudos sobre gestão da limpeza urbana e sistemas de acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos implantados em municípios turísticos, recuperação de infraestrutura turística ou urbana de interesse do segmento, municípios atendidos com a promoção do turismo sustentável local. Como conclusão, em 2002, eram 497 municípios do país com comunidades conscientizadas para a importância do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico, setores e segmentos diretamente ligados à atividade turística com estrutura e organização, Conselhos Municipais de Turismo compostos por representantes dos segmentos da comunidade, Fundos Municipais de Turismo instituídos com o propósito de dar condições de gerenciamento e realização das ações que nortearam o turismo municipal. Considerado por pesquisadores como o maior esforço feito no Brasil pelo desenvolvimento do turismo sustentável conseguindo articular parceria e convênios com universidades, associações de profissionais e patronais, associações comunitárias, órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, fundações e entidades do terceiro setor nacionalmente, regionalmente e localmente (Braga, s.d., p. 10 -11).

PRT – PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva temos a criação do Ministério do Turismo, para que então em 2004 o Programa seja alterado para Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

O objetivo era gerir turisticamente o território brasileiro considerando inicialmente o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que estava vinculado a todos os municípios tendo estes à responsabilidade de desenvolver a atividade turística, onde não foram todos que obtiveram sucesso, para então ser passado ao PRT que teria vínculo regional visando que se alcançasse maior competitividade entre os destinos do país, criando uma imagem nacional cada vez mais organizada trazendo turistas estrangeiros.

Segundo o MTur (2004), o PRT possui como princípios: flexibilidade, articulação,

mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional, e sinergia de decisões, sendo vista como modelo para uma gestão de política pública descentralizada, com coordenação e integração.

Os municípios então passaram por processos de sensibilização, mobilização, institucionalização do órgão de governança regional, elaboração de plano estratégico para este desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento de roteiros turísticos regionais, e promoção de marketing.

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ

A organização planejada do desenvolvimento da atividade no estado teve início através da Política Estadual de Turismo 2003-2007 e, em 2008, através do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011, segundo a Secretaria de Estado do Turismo.

Conforme informações sobre regionalização do turismo, do site da Secretaria de Estado (2023) para uma atuação sinérgica entre estado e país houve também a criação do Conselho Consultivo de Turismo do Estado, e da Câmara de Regionalização do Turismo onde participam entidades como Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Associação Brasileira dos Guias de Turismo (ABGTUR), Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo (Abrajat), Ecoparaná, Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), Federação de Convention & Visitors Bureaux do Paraná, Fórum dos Coordenadores de Curso Superior de Turismo e Hotelaria, Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo do Paraná, Instituto Municipal de Turismo de Curitiba, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Secretaria de Estado da Indústria do Comércio e Assuntos do Mercosul (Seim), Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), sendo que este último exerce a coordenação geral.

Com a criação dessa Câmara e a articulação do Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Turismo, no início de 2003, iniciaram-se as discussões sobre a Regionalização do Turismo no Estado, que até então não apresentava regiões turísticas oficiais. Existia um estudo realizado pelo Ecoparaná, baseado no Programa de Biodiversidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que previa cinco regiões: Costa Norte, Vale do Iguaçu, Região Metropolitana de Curitiba, Litoral, Costa Oeste e Campos Gerais, que não se enquadraram no dinamismo do Turismo, ficando definido que o Paraná daria início em seu processo de regionalização com base no PRT e em sua divisão administrativa que estava composta em dezoito regiões com suas respectivas Associações de Municípios.

Segundo arquivos da Secretaria de Estado do Turismo (2023), o marco do início do processo de regionalização do Paraná se deu em abril de 2003 quando foi realizada a primeira Oficina de Planejamento, em Curitiba, por iniciativa do Ministério do Turismo e da Coordenação Estadual do Programa, com a presença de representantes dessas dezoito regiões. Nesta oficina, após um diagnóstico e análise da potencialidade de cada região, concluiu-se pela definição de nove regiões turísticas, sendo elas: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Centro, Centro-Sul e Sudoeste.

Para identificação das regiões turísticas analisaram-se os municípios que integram cada uma das regiões, utilizando-se de informações oriundas do PNMT e dos cadastros

disponíveis nas diferentes entidades, onde os critérios estabelecidos foram grau de atratividade dos recursos, existência de demanda real, destinos comercializados por agências de turismo, infraestrutura de apoio ao turismo, equipamentos e serviços turísticos, existência de estrutura de gastos turísticos, sensibilidade política coletiva para o turismo, organização turística municipal, planejamento turístico municipal, participação no PNMT. Conforme a Secretaria de Estado do Turismo:

Em 2005, com a execução do Convênio entre o MTur e a SETU, foram realizadas oficinas de planejamento participativo em todas as regiões turísticas, com foco na sensibilização, seguida de mobilização, institucionalização da governança regional e elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional. Foram no total trinta e seis oficinas de capacitação nas nove regiões turísticas do Estado, com o envolvimento duzentos e dez municípios e um mil, trezentos e oitenta pessoas. Também foram realizados os planejamentos da Câmara de Regionalização do Turismo e do Fórum de Secretários Municipais de Turismo. Em 2008, novamente se fez uma oficina de análise do mapeamento, em função de solicitações de alguns municípios que queriam mudar de região, como também de um pedido do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago Itaipu, de separação dos 15 municípios que o integravam do restante da Região Oeste, devido a todo trabalho que estes municípios tinham anteriormente. Essa solicitação foi aceita, sendo estabelecida mais uma região turística no Estado, num total de dez regiões. Tal análise, fez parte do convênio estabelecido entre SEBRAE e MTur, onde também foram criadas as marcas das dez regiões turísticas do Estado e seus respectivos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional (Setur, s.d.)

Após novos estudos desenvolvidos pela área de regionalização da Paraná Turismo, em parceria com as IGR's em 2013, o Paraná ampliou para catorze o número de regiões turísticas, com pequenas mudanças dos municípios que integravam as regiões e subdivisões das demais. Seminários informativos foram feitos para verificação das prefeituras interessadas em assinarem um termo de compromisso com o Ministério do Turismo para se inserirem no Programa e migrarem para outras regiões. A adesão foi voluntária e formal em duzentos e sessenta e um municípios comprometidos a criar ou fortalecer seus órgãos municipais de turismo, e participarem de forma efetiva da Região Turística que estão vinculados.

Em 2021 ocorre a atualização no mapa do turismo brasileiro, com a inserção da região turística Sul do Paraná passando o estado a ter quinze regiões turísticas e já em 2022 o Paraná passou a contar com cinco novas regiões turísticas - Encontro das Águas e Biomas, Águas do Arenito Caiuá, Caminho das Águas, Cinturão Verde, e Encanto dos Ipês - aprovadas e validadas pelo Cepatur, resultado do desmembramento da Região dos Corredores das Águas, que era composta por oitenta e três municípios, passando o estado a ficar com dezenove regiões turísticas.

Atualmente o estado do Paraná conta com dezenove regiões turísticas, cada uma com sua IGR reconhecida e institucionalizada pela Resolução Conjunta Sedest/Paraná Turismo 2021, com reconhecimento e apoio do Decreto Estadual nº 5925/2012 que estabelece critérios necessários para emissão do Certificado de Reconhecimento das Instâncias de Governança Regional de Turismo do Paraná, na Resolução 003/2018 do Cepatur e, no Acórdão nº 1102/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

RESULTADOS

Tomado como base os objetivos estabelecidos a serem respondidos, neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir das técnicas de pesquisa, tendo sido realizados uma entrevista de forma online através da plataforma google forms com os dez atuais gestores de turismo da região dos Campos Gerais, que participam do Mapa do Turismo Brasileiro no ano de 2023. Aqui são apresentadas as questões, sendo que os questionários possuíam perguntas idênticas.

O questionário era composto por doze questões, sendo oito fechadas, três abertas e uma múltipla escolha, podendo assim os gestores em momentos responder diretamente e em outros discorrerem livremente sobre a pergunta. As questões foram:

1. A qual município você representa (Arapoti, Castro, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Sengés, Tibagi);
2. A pasta de turismo de seu município está em (Secretaria, Setor, Departamento, Diretoria, Núcleo, Superintendência);
3. Número de integrantes de sua equipe;
4. Visto que o Programa de Regionalização do Turismo propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, integrando os diferentes atores públicos privados e da sociedade civil, você acredita ser este um programa importante (Sim, Não);
5. Data (mês e ano) que assumiu a pasta;
6. Desde o ano em que seu município entrou no Programa (Mapa do Turismo Brasileiro), foi notado benefícios/impactos positivos advindos desta política pública (Sim, Não);
7. Seu município já foi beneficiado por verbas/recursos por ter aderido e se enquadrado neste Programa (Sim, Não);
8. A divisão das regiões turísticas foi embasada no espaço geográfico, a fim de um melhor entendimento dos fenômenos físicos, sociais, políticos e naturais. Você identifica nos 19 municípios da região dos Campos Gerais estas singularidades (Sim, Não);
9. Quais os pontos favoráveis desta política pública você destacaria (Ordenamento da atividade turística, Entrosamento dos municípios, Possibilidade de adquirir verbas/recursos federais, Possuírem um plano de turismo atualizado, Manter Conselho Municipal de Turismo ativo, Receber atendimento nas demandas turísticas de seu município, Ser divulgado a nível nacional, Ter acesso a capacitações para sua equipe e para a comunidade (Programa Turismo em Foco com o Programa de Gratuidade - Governo de Estado, Senac));
10. Conforme a Portaria nº41, de 24 de novembro de 2021 o Programa de Regionalização visa uma "gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada proporcionando a participação, a democratização, os consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada." Seu município, através de sua equipe, concorda e participa de acordo com esta portaria (Sim, Não);
11. Você acredita que o Programa e suas normativas são eficazes para a atividade turística de sua região e de seu município (Sim, Não);
12. Para se enquadrar no Programa é necessário comprovante da existência de órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de Turismo, por meio de apresentação de normativo referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

Comprovante da existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) vigentes; Comprovação de possuir, no mínimo, um prestador de serviços turísticos, de cadastro obrigatório no Ministério do Turismo, conforme disposto no caput do art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e em situação regular no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos; Comprovante da existência de conselho ou fórum municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação do ato normativo que o institui, da ata de posse de sua atual diretoria e das atas das três últimas reuniões realizadas; Termo de compromisso, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, assinado pelo prefeito municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de Turismo, aderindo, de forma espontânea e formal, ao Programa de Regionalização do Turismo; e Plano de trabalho do Conselho Municipal de Turismo para execução nos próximos doze meses. Você enquadraria mais algum item a estas exigências? Qual.

Todos os gestores foram abordados para terem ciência desta pesquisa, seus objetivos e a importância de sua participação, e todos responderam ao questionário individualmente.

Quadro 1 - Respostas do questionário

Questão 1	Arapoti	Castro	Jaguariaíva	Ortigueira	Palmeira	Piraí do Sul	Ponta Grossa	Porto Amazonas	Sengés	Tibagi
Questão 2	Secretaria	Secretaria	Secretaria	Secretaria	Secretaria	Secretaria	Secretaria	Departamento	Secretaria	Secretaria
Questão 3	3	3	25	5	2	2	19	3	2	10
Questão 4	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Questão 5	mai.-23	mar.-22	abr.-23	mai.-21	jun.-23	fev.-23	jan.-21	jan.-21	nov.-22	jan.-23
Questão 6	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Questão 7	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Questão 8	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Questão 9	1.2.3.4.5.6.7.8	1.2.3.4.5.6.7.8	1.2.5.6.7	3.4.5.7	2.4.5.7	4	1.2.3.4.5.6.7.8	1.2.4.5	2.6.8	2.3.8
Questão 10	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Questão 11	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Questão 12	Não	Comprovar a existência de uma IGR	Não	Seria interessante um plano diretor específico para o turismo.	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Autores (2023)

O Programa de Regionalização do Turismo, segundo os gestores dos dez municípios que se encontram no Mapa do Turismo Brasileiro, é um importante programa (questão 4), consenso entre os gestores que estão desde o início do mandato, assim como também dos gestores que entraram recentemente na pasta. Somente o município de Porto Amazonas não possui uma Secretaria de Turismo, sendo suas atividades administradas por um departamento. Os gestores de Palmeira, Piraí do Sul e Porto Amazonas dizem não terem notado benefícios e impactos positivos advindos desta política pública, e somente o gestor de Ponta Grossa diz o município já ter sido beneficiado por verbas e recursos por ter aderido e se enquadrado neste Programa. Sobre as singularidades dos dezenove municípios que pertencem à região dos Campos Gerais do Paraná, os gestores de Arapoti, Ponta Grossa, Porto Amazonas e Sengés não as identificam como similares em seus aspectos. Dos pontos favoráveis da política pública, oito de dez gestores destacaram o entrosamento dos municípios, sete mencionaram possuir um plano de turismo atualizado e manter Conselho Municipal de Turismo ativo, seis acreditam ser importante ser divulgado a nível nacional e 5 escolheram

as demais opções.

Ainda segundo os gestores, através do questionário, todos concordam e participam de acordo e conforme a Portaria nº41, de 24 de novembro de 2021 e acreditam que o Programa e suas normativas são eficazes para a atividade turística da região. A última questão menciona o que é necessário para que a cidade se enquadre no Programa e pede se teriam mais algum item que pudesse vir a ser exigido. O gestor de Castro mencionou a “comprovação de existência de uma IGR”, e o gestor de Ortigueira mencionou que “seria importante um plano diretor específico para o turismo”.

Foi formulada uma linha do tempo com os municípios que participaram do Mapa do Turismo Brasileiro, com os anos em que houve atualização, e na sequência uma tabela para melhor exploração e visualização dos dados.

De antemão percebemos que, após 2004, o município de Cândido de Abreu não pertence mais à região dos Campos Gerais, e há a entrada em 2006 dos municípios de Jaguariaíva e Sengés. Os municípios de Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Tibagi participaram do Programa em todas as suas edições. Conforme os critérios foram se ampliando, houve uma queda na participação de algumas cidades, como por exemplo, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, e Reserva, onde por se tratar de municípios pequenos seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para conhecer melhor a realidade e desafios que enfrentam.

Quadro 2 - Linha do tempo dos municípios participantes do PNRT

MUNICÍPIOS X ANOS	2004	2006	2009	2013	2014	2016	2017	2019	2021	2022	2023
ARAPOTI	x	x	x				x	x	x	x	x
CÂNDIDO DE ABREU	x										
CARAMBEÍ	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
CASTRO	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
CURIÚVA	x	x	x								
IMBAÚ	x	x	x								
IPIRANGA	x	x	x	x			x				
IVAÍ	x										
JAGUARIAÍVA		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ORTIGUEIRA	x	x	x	x	x			x	x	x	x
PALMEIRA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PIRAÍ DO SUL	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PONTA GROSSA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PORTO AMAZONAS	x	x	x	x	x					x	x
RESERVA	x	x	x								
SÃO JOÃO DO TRIUNFO	x	x	x					x	x		
SENGÉS		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
TELÊMACO BORBA	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
TIBAGI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
VENTANIA	x	x	x	x	x	x					

Fonte: Autores (2023)

Uma das questões e problemática a serem respondidas é sobre a decrescente participação dos municípios neste programa de política pública, onde de início todos foram incluídos, pois não se haviam critérios, somente a divisão geográfica. Depois de estabelecidas as diretrizes, os municípios precisaram reorganizar-se para atender às novas necessidades e exigências estipuladas, o que pode ter sido um dos motivos. É preciso mais pesquisas para melhor entendimento da situação, mas podemos mencionar além do processo mais criterioso de análise às documentações municipais, a frequente troca de gestores que por muitas vezes não são da área do turismo, não possuindo conhecimento sobre este Programa e sua política pública.

Apesar dos gestores entenderem a importância do Programa, e as vantagens que

ele traz, que foram demonstrados na questão número nove do questionário, os mesmos responderam não terem conseguido usufruir de seus benefícios, uma questão que precisa ser mais bem averiguada e se comprovada entender como esta situação pode ser revertida para benefícios do turismo destas localidades.

Os objetivos foram ao longo deste trabalho concluídos, tendo sido listados os pontos favoráveis do PNRT para a região dos Campos Gerais proporcionado o entendimento dos gestores sobre o PNRT, e levantado os municípios da região turística 3 dos Campos Gerais que participam e participaram do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, com relação ao programa, ficou clara a sua importância e que os critérios estabelecidos por ele se fazem necessários para ordenamento da atividade turística, sendo uma estratégia de gestão pública e desenvolvimento turístico.

A região turística dos Campos Gerais, objeto de estudo desta pesquisa, compreende uma boa organização geográfica de seu território, sendo amplo e diversificado, podendo ser notado em vários segmentos da atividade turística. Para responder à problemática, foram postos alguns objetivos que se tornaram uma entrada para novas questões sobre a região, e sobre o quanto é ampla as dúvidas e respostas sobre a atuação dos gestores, para por fim podermos entender todos os seus aspectos. Para responder aos objetivos foi necessário entender do Programa e suas diretrizes, reduzir a região para os municípios que participam desta política pública, entrar em contato com os gestores para explanação deste trabalho, aplicar os questionários, levantar informações a nível estadual e federal através de contatos com colaboradores para coletar dados seguros dos anos passados, e por fim analisar todas as informações.

Conclui-se que há possibilidade de novos municípios integrarem o Mapa do Turismo Brasileiro, assim que seu ordenamento seja concluído para seguir as diretrizes impostas pelo Programa para uma crescente no número de participantes ativos desta Política Pública. A cada troca de gestores precisamos trabalhar para repassar as informações deste Programa, levando-se em consideração que nem todos são da área do turismo e estarão familiarizados com o tema, auxiliando para os que deste Programa participam consigam usufruir cada vez mais dos pontos favoráveis e dos benefícios que o país oferece, seja para receber auxílio técnico, verbas e recursos federais, regulamentação dos empreendimentos turísticos (Cadastur), manter um plano de turismo e um conselho municipal ativo, possuir divulgação nacional, capacitações entre outros.

Sendo o turismo dinâmico a cada ano que passa precisamos seguir aperfeiçoando os profissionais, a atividade e os Programas, aumentando os benefícios e a atratividade pela região, para atender cada vez melhor a população e o público visitante.

Quanto à busca por dados primários, houve êxito tendo os gestores dos municípios ativos no Mapa do Turismo Brasileiro e pertencentes à região turística dos Campos Gerais, auxiliado participando do questionário, e da Secretaria de Estado do Turismo, bem como do Ministério do turismo para obtenção de informações sobre a região nos anos anteriores. Uma das limitações encontradas foi a pouca informação nos sites oficiais e a pouca informação confiável nos demais sites, bem como os poucos artigos recentes sobre a temática de forma online.

Nos questionários, as informações foram embasadas nas respostas dos questionados, não sendo exigido nenhum documento oficial, ou terem sido incentivados ou induzidos quanto às suas respostas anteriormente, onde se percebeu que principalmente na questão sobre os benefícios que foram conseguidos com a participação no programa, os mesmo relataram não ter adquirido nenhuma, porém só na área de capacitações gratuitas todos já foram contemplados. Todavia, confiam-se nos dados apresentados, pois estes são embasados no conhecimento que os gestores possuem do Programa, de sua pasta do Turismo, suas próprias experiências e conhecimentos teóricos e práticos quanto à temática.

Esta pesquisa serve de ponto inicial para uma pesquisa mais ampla sobre o objeto de estudo e seus envolvidos, despertando o interesse para mais levantamentos de dados na área. Apesar de ser uma região de tamanho geográfico e número de municípios grande, há alguns municípios pequenos que estão em processo de entendimento para ordenar sua atividade turística, enquanto há municípios maiores que já possuem uma boa estrutura, estando recebendo com qualidade os visitantes internacionais.

Para futuras pesquisas e estudos, sugere-se a ampliação deste trabalho, sendo levantados a fundo os benefícios recebidos por cada cidade e sendo questionados os gestores dos municípios inativos no Programa para entender suas deficiências.

REFERÊNCIAS

- BAHL, Miguel. **Turismo**: enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Roca, 2003.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: ed. Senac São Paulo, 2003.
- BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia básica para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)**: ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- BRAGA, Debora Cordeiro. **Programa de Municipalização do Turismo – PNMT**. [s.d.] Apresentação do Power Point. Disponível em: slideplayer.com.br/slide/10590340. Acesso em: 27 de nov. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008**. Institui a Política Nacional de Turismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 181, p. 1-154, 18 set. 2008. PLC 114/2008.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/> Acesso em: 05 de dez. 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Coordenação Geral de Regionalização**. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf Acesso em: 05 de jan. 2023.
- COSTA, Helena Araújo. Programa Nacional de Municipalização do Turismo: Uma Análise Estratégica. **I Seminário Mercosul de Pesquisa em Turismo**, Caxias do Sul, 2003.
- DE LA TORRE, O. **El turismo fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- EMBRATUR. **Diretrizes do PNMT**. Brasília, 1999a.
- EMBRATUR. **Procedimentos do PNMT**. Brasília, 1999b.

- EMBRATUR. **Retratos de uma caminhada**: PNMT 8 anos – Brasília, 2002a.
- EMBRATUR. **Regimento Interno**. Brasília, 2002b.
- EMBRATUR. **O Turismo no Brasil**: principais evoluções 1995/2002 – Brasília, 2002c.
- FRATUCCI, Aguinaldo César; MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. Inventário da Oferta Turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 20, núm. 1, 2020. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: redalyc.org/articulo.oa?id=115462634002. Acesso em: 24 de jan. 2023.
- HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: Políticas processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.
- LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo C. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- MANGRICH, Jenniffer dos Santos. **Estudo de Caso da Expotexas em Teixeira Soares – PR**: Trajetória e Mudanças. 2018. TCC. Graduação Bacharelado em Turismo. Unicentro - Irati, 2018.
- MEDEIROS, F. Considerações Gerais Sobre o Planejamento Turístico Regional. In Reis, F. (Org.). **Turismo, uma perspectiva regional**. Taubaté: Cabral, 2003.
- PARANÁ. Secretaria do Turismo. **Regionalização do Turismo**. Disponível em: turismo.pr.gov.br/Pagina/Regionalizacao-do-Turismo. Acesso em: 06 de jan. 2023.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.
- SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2019. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=2 Acesso em: 05 de dez. 2022.